



POLÍTICAS PÚBLICAS E A QUESTÃO SOCIOAMBIENTAL DENTRO DA ATUAL LÓGICA DE CAPITAL

Mariana Figueiredo de Castro Pereira¹

Resumo: Esse trabalho é resultado da minha dissertação de mestrado e de reflexões e pesquisas posteriores acerca dos nexos e limites entre a questão ambiental e a questão social e suas expressões. A partir da análise de um projeto governamental com cooperativas de catadores de resíduos sólidos no Estado do Rio de Janeiro objetivou-se conceituar e caracterizar a questão socioambiental e as políticas públicas transversais à temática dentro da lógica atual de capital.

Palavras-chaves: políticas públicas, questões social, questão ambiental.

Abstract: This work is the result of my master's thesis and reflections and researchs about the nexus and boundaries between environmental issues and the social question and its expressions. From the analysis of a governmental project with solid waste pickers cooperatives in the State of Rio de Janeiro aimed to conceptualize and characterize the socio-environmental issue and cross-cutting public policies to the subject within the current logic of capital.

Keywords: public policies, Social question, environment issues.

¹ Mestre. Universidade Geraldo Di Biase (UGB). E-mail: marianafcp12@gmail.com



I. INTRODUÇÃO

Vincular a questão ambiental junto aos diversos problemas sociais evidentes em nossa sociedade neoliberal atual não é coisa nova tampouco esgotada, principalmente com a propagação de episódios de cunho climático-ambiental que têm emergido no cenário global sejam atingindo cidades inteiras sejam impactando na vida de populações e comunidades mais pobres diretamente vinculadas ao meio em que vivem e se sustentam.

Nota-se também o aumento e diversificação de debates sobre a temática ambiental, por meio de produções acadêmicas, mobilizações comunitárias e movimentos sociais emergentes e inúmeros eventos, publicações e informações sob a ótica da *onda verde* refletindo diretamente no nosso *modus vivendi*, nos discursos governamentais, empresariais e inclusive sobre os trabalhadores. Além disso, percebe-se um movimento de associação da pobreza como causa direta dos desastres ambientais indicando claramente um olhar próprio da lógica de capital reproduzido naturalmente entre as diversas instituições, sejam pela mídia, Estado e sociedade civil.

O presente trabalho é resultado de experiências profissionais e acadêmicas na área² e fruto da pesquisa de dissertação “*Política socioambiental: construindo o conceito através do Projeto EcoBarreiras*” defendida em 2010³. Nela, procurei discutir sobre a possibilidade de traçar nexos e limites entre as expressões da questão social e os problemas ambientais, considerando que esses conflitos se relacionam e se colocam dentro do mesmo espaço contraditório entre a garantia dos direitos de um lado e a agenda neoliberal de outro. Buscando tratar desse desafio procurei problematizar o conceito *questões socioambientais* e através da pesquisa com o Projeto do Governo do estado do RJ “EcoBarreiras” investigar a viabilidade das políticas sociais atuarem transversalmente à questão ambiental. Por fim, este trabalho busca apresentar dados e debates que corroboram com a ideia de Coutinho (2009) sobre a existência do *discurso neoliberal da sustentabilidade*, sem qualquer conteúdo crítico e transformador que inviabilizaria a proposta de políticas públicas pautadas na justiça social e ambiental.

PROBLEMATIZAÇÃO

² Desde 2012 coordeno a pesquisa “*Desafios à formação e ao exercício profissional do assistente social na contemporaneidade*” onde investigo a relação entre o Serviço Social e a questão ambiental.

³ Pelo Departamento de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica - RJ.



A disseminação e popularização do debate ambiental para além dos espaços acadêmicos e políticos, têm propiciado a construção de novos termos e também a banalização de outros, como o ocorrido com o *desenvolvimento sustentável* e *sustentabilidade*. Outro exemplo é a construção do conceito de *cidadania planetária* ou *ecocidadania* onde no âmbito dos direitos incorpora-se o senso de responsabilidade cívica em torno de problemáticas relativas à humanidade (questões de gênero, ambiente, exclusão territorial, epidemias) ligada a uma ética ecológica de pertencimento de um planeta comum a todos sejam animais, plantas ou homens (GOLDBLATT, 1996).

A heterogeneidade do debate tanto nas ciências naturais como atualmente nas ciências sociais, tornam a *questão ambiental* uma expressão com muitos significados, relacionada a diferentes correntes da ecologia (biologia, da geografia, da engenharia ambiental, da economia política e do comportamento humano) ou *ecologias*, nas palavras de Bredariol & Vieira (1998), e por isso não possui uma linha histórica e política definida. Já em relação à *questão social*, ela é datada historicamente e definida como “expressão do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade” (IAMAMOTO, 2001, p. 90) decorrente das mudanças no modo de produzir e de se apropriar o trabalho excedente.

A preocupação mundial em torno do meio ambiente ganhou mais força ideopolítica, secundarizando a dimensão social, como se uma fosse mais prioritária que a outra. Um reflexo disso é o tratamento dado à pobreza, vista como uma das causas e agravantes da degradação ambiental. Esse discurso próprio da sociedade capitalista reflete-se nos atendimentos pontuais, setorializados e fragmentados pelas políticas. Um caso de impacto social sobre uma área de preservação ambiental limita-se a ações de remoções e/ou indenizações do poder público, transferindo à pobreza um impacto negativo e desconsiderando a questão fundiária e da propriedade privada como central.

Além disso, esse discurso transformou e adaptou o debate ambiental em negócios, para manutenção do *status quo*. Mudanças estruturais são negadas e refutadas em prol da estabilidade das economias e finanças globais enquanto fenômenos de resistência e luta de classes são associados a vandalismo justificando atos repressivos pelos poderes locais. Como estratégias são jogadas milhões de informações aos indivíduos sobre a responsabilidade que cada um deve ter com o meio ambiente disseminando debates sobre mudanças comportamentais nas escolas, empresas, programas de governos de educação e gestão ambiental. O papel político coletivo é desconsiderado e apesar de inúmeros



grupos e organizações de resistência, o que se estimula é a ética individualista burguesa.

A renovação das lutas de classes e das críticas quanto às formas de utilização dos recursos ambientais no atual contexto da crise do capital vem recebendo como resposta a intensificação da exploração, via precarização e flexibilização do trabalho, o aumento da concentração dos capitais e a atuação de governos que desconsideram demandas locais e seguem agendas de interesses privados e financeiros. Reflexos são sentidos no aumento das disparidades sociais e das expressões da questão social, como miserabilidade e desemprego.

A pesquisa empírica sobre o Projeto EcoBarreiras realizada no ano de 2010 objetivou investigar se o mesmo estava voltado à construção de sociedades sustentáveis que conciliassem métodos de proteção ambiental e justiça social e, principalmente, se havia indícios de viabilidade do mesmo se tornar uma política pública socioambiental na contramão da nossa hipótese. Ou seja, apesar da intenção do governo brasileiro no desenvolvimento de políticas sociais e ambientais, na prática essa intencionalidade confronta-se com diversos interesses antagônicos.

III. METODOLOGIA

Como metodologia utilizada na dissertação pesquisei o projeto *Ecobarreiras*, um projeto ambiental do Governo do Estado do RJ ligado ao Gabinete da Presidência do INEA – Instituto Estadual do Ambiente⁴ e em parceria com a FEBRACOM (Federação brasileira de catadores de matérias recicláveis). O projeto consistia na contenção do lixo flutuante lançado aos corpos hídricos via redes coletoras colocadas em pontos importantes de rios e lagoas onde o material recolhido era reciclado pelas cooperativas da federação. O projeto objetivava gerar emprego e renda para a população do entorno dos corpos hídricos, além de promover ações de educação ambiental voltada para a população local, focado na conscientização da problemática do lixo nos rios e seus impactos, bem como na importância da coleta e reciclagem.

IV. CONCLUSÕES

Foi encontrada nas falas tanto dos catadores de lixo quanto do grupo de técnicos entrevistados uma diversidade do que seria *socioambiental*, da mesma forma como o

⁴ O INEA foi criado em 2007 para unificar os três órgãos estaduais: Fundação Estadual de Engenharia e Meio Ambiente (Feema), a Superintendência Estadual de Rios e Lagoas (Serla) e o Instituto Estadual de Florestas (IEF).



significado do *desenvolvimento sustentável* foi generalizado. Ou seja, o termo é compreendido e utilizado de maneira banalizada e, em algumas vezes, equivocada, pois se assimilam palavras desconsiderando sua construção histórica. Apontou-se também a necessidade de se incentivar ações formalizadas de geração de trabalho e renda por parte dos órgãos estatais, em vista da maioria das cooperativas serem compostas por homens desempregados e trabalhadores informais, sem proteção social ou vínculo formal, que viam no trabalho ambiental uma possibilidade de sobrevivência e ajuda à comunidade.

Outra informação importante levantada na pesquisa é que o Projeto gerava interesses político-partidários, em função do baixo custo de manutenção e da repercussão eleitoral nas comunidades onde estavam as EcoBarreiras. Tal fato contribuiu para o impedimento desse Projeto se tornar uma política pública socioambiental em vista da conformação da administração pública atual, que segmenta secretarias e pastas impedindo um olhar mais amplo e de interdisciplinaridade sob a forma de atuar sobre as demandas sociais e ambientais.

Essa conclusão é justificada em vista do Projeto EcoBarreira ser coordenado por um órgão estadual, mas executado e em parte financiado pelo setor privado, como a ASSERJ (Associação de Supermercados do Estado do Rio de Janeiro) e pelos cooperados que recebem uma ajuda de custo muito acima da renda de outros catadores e cooperativas que não participam da parceria, o que contribui com a dependência e supervalorização dos mesmos em relação ao Projeto.

Apesar de uma avaliação positiva sobre essa iniciativa do Estado, sua intervenção sobre os problemas sociais e sanitários das comunidades envolvidas ficou aquém do esperado, evidenciando que o debate sobre direitos e cidadania não é considerado prioritário e que ainda há um longo caminho a se percorrer antes da efetivação de políticas públicas socioambientais.

Gould (2004) nos oferece a ideia de que é mais que necessária e urgente uma intervenção política na tentativa de abalar o funcionamento da economia do capital. A melhor forma de se conseguir isso, para ele, é através da mobilização e organização política principalmente das comunidades mais pobres e vulneráveis através de uma *resistência sustentada* permanente e do *empoderamento* (empowerment) desses grupos na tomada de conscientização ambiental e da luta de classes, denominada de *justiça ambiental*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



BREDARIOL, C.; VEIRA, L. Cidadania e política ambiental. Rio de Janeiro: Record, 1998.

COUTINHO, Ronaldo. "'Crise ambiental' e desenvolvimento insustentável: a mitologia da sustentabilidade e a utopia da humanização do capitalismo 'selvagem'". *Revista Praia Vermelha*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 21-36, jul/dez., 2009.

IAMAMOTO, Marilda V. *A Questão Social no Capitalismo*. Revista Temporalis, ABEPSS, Ano II, n. 3, 2001, p. 9-31.

GOLDBLATT, D. *Teoria social e Ambiente*. Lisboa: Instituto Piaget, 1996

GOULD, K. A. Classe social, justiça ambiental e conflito político. In: ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PADUA, J. A. (Orgs) *Justiça ambiental e cidadania*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

OLIVEIRA, N. Desafio ambiental no cenário capitalista contemporâneo: desenvolvimento sustentável ou sustentação do desenvolvimento? In: MOUTINHO, P.; PINTO, R. P. (Orgs.) *Ambiente Complexo, propostas e perspectivas socioambientais*. São Paulo: Contexto, 2009.

OLIVEIRA, Isabel C. P. Lixo na "Escada": estudo sobre a gestão municipal de resíduos sólidos. In: MOUTINHO, P.; PINTO, R. P. (Orgs.) *Ambiente Complexo, propostas e perspectivas socioambientais*. São Paulo: Contexto, 2009.

PEREIRA, Mariana Figueiredo de Castro. *Estado e Organizações Não-Governamentais: Um problema de gestão e de responsabilidade*. 2007. 32 f. Monografia (Especialização) – Faculdade de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007

PEREIRA, Potyara. A. Questão social, Serviço Social e Direitos da Cidadania. Revista Temporalis, ABEPSS, Ano II, n. 3, 2001.

SACHS, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.



SANTILLI, Juliana. Socioambientalismo e novos direitos. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SANTOS, R. *Serviço Social e Meio Ambiente*. 2007. 78 f. Trabalho de Conclusão de curso (Graduação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Escola de Serviço Social, 2007.

SILVA, Maria das Graças. *Questão Ambiental e desenvolvimento sustentável: um desafio ético-político*. São Paulo: Cortez, 2010.

VEIGA, José Eli. *A emergência socioambiental*. São Paulo: ed. SENAC SP, 2007.